



CÂMARA MUNICIPAL DE LAJINHA

LEI ORDINÁRIA Nº 1.390/2013

“Dispõe sobre a criação do Fundo Municipal de Turismo Sustentável de Lajinha- M.G, e dá outras providências”.

LÚCIO SEBASTIÃO DOS SANTOS, Prefeito Municipal de Lajinha, no uso de suas atribuições legais, faz saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou, a seguinte Lei:

CAPÍTULO I SEÇÃO I DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 1º. Fica instituído o Fundo Municipal de Turismo Sustentável de Lajinha, instrumento de captação e aplicação de recursos, com a finalidade de proporcionar apoio e suporte financeiro às ações municipais nas áreas de responsabilidade da Administração, por intermédio da Secretaria Municipal de Cultura e Turismo.

Parágrafo único. Administração, por intermédio da Secretaria Municipal de Cultura e Turismo, adotará ações no sentido de:

I – definir mecanismos próprios de gerenciamento, registro e controle do Fundo Municipal de Turismo Sustentável;

II – aplicar os parâmetros da administração financeira pública na execução do Fundo, nos termos da legislação vigente.

SEÇÃO II DA CONSTITUIÇÃO DO FUNDO MUNICIPAL DE TURISMO SUSTENTÁVEL

Art. 2º. O Fundo Municipal de Turismo Sustentável será constituído por:

I – rendas provenientes da cobrança da taxa de turismo sustentável (TTS), a ser proposta ao Legislativo.

II – dotações orçamentárias, consignadas no Orçamento do Município, créditos especiais, transferências e repasses que lhe forem conferidos;

III – doações de pessoas físicas e jurídicas, de organismos governamentais e não governamentais nacionais ou estrangeiras, legados subvenções e outros recursos que lhe forem destinados;

IV – contribuições de qualquer natureza, destinadas ao fomento de atividades relacionadas ao turismo sustentável, sejam públicas ou privadas;



CÂMARA MUNICIPAL DE LAJINHA

V – recursos provenientes de convênios destinados ao fomento de atividades relacionadas ao turismo sustentável, celebrado com o Município;

VI – produto de operações de crédito, realizadas pelo Município, observadas a legislação pertinente e destinadas a este fim específico;

VII – rendas provenientes da aplicação financeira de seus recursos disponíveis, no mercado de capitais;

VIII – outras rendas eventuais.

Parágrafo único. Os recursos descritos neste artigo serão depositados em conta especial a ser aberta e mantida em instituição financeira oficial, sob a denominação de “Fundo Municipal de Turismo Sustentável”.

Art. 3º. As receitas do Fundo Municipal de Turismo Sustentável deverão ser processadas de acordo com a legislação vigente, sendo utilizadas em programas e projetos desenvolvidos pela Administração, por intermédio da Secretaria Municipal competente, nos termos da Lei vigente.

SEÇÃO III DA DESTINAÇÃO DOS RECURSOS DO FUNDO MUNICIPAL DE TURISMO SUSTENTÁVEL

Art. 4º. Os recursos do Fundo Municipal de Turismo Sustentável serão exclusivamente aplicados em consonância ao previsto na Lei de criação do COMTUR, notadamente ao que se refere a:

I - garantia das condições gerais de acesso e preservação dos locais turísticos e dos ecossistemas naturais, existentes neste Município;

II - execução geral de obras e benfeitorias em benefício da população local e dos visitantes;

III - remuneração de pessoal com exercício de função na execução das mencionadas atividades;

IV - conservação de parques e reservas ecológicas;

V - manutenção de museus e centros históricos;

VI - pagamento pela prestação de serviços a entidades conveniadas, de direito público e privado, para a execução de programas e projetos específicos do setor de turismo sustentável;

VII - aquisição de material permanente, de consumo e de outros insumos necessários ao desenvolvimento dos programas e projetos diretamente ligados ao turismo sustentável;



CÂMARA MUNICIPAL DE LAJINHA

VIII – financiar total ou parcialmente, programas e projetos de turismo sustentável, através de convênio;

IX – desenvolvimento de programas de capacitação e aperfeiçoamento de recursos humanos na área de turismo sustentável;

X – aplicação de recursos em quaisquer projetos turísticos e de eventos de iniciativa da Administração, por intermédio da Secretaria Municipal de Cultura e Turismo, que desenvolvam a atividade turística sustentável, no Município de Lajinha-MG.

Parágrafo único. A aplicação dos recursos do Fundo Municipal de Turismo Sustentável, para quaisquer finalidades, fica condicionada ao comprovado atendimento do dispositivo legal.

Art. 5º. Obedecida a legislação em vigor, quando não estiverem sendo utilizados nas finalidades estabelecidas nesta Lei, os recursos do Fundo Municipal de Turismo Sustentável deverão ser aplicados no mercado de capitais, cujos resultados a ele reverterão.

Art. 6º. Na aplicação dos recursos do Fundo Municipal de Turismo Sustentável, observar-se-á:

I – as especificações definidas em orçamento próprio;

II – os planos de aplicação e respectivos demonstrativos de recursos, por origem, observada a legislação orçamentária.

Parágrafo único. O orçamento e os planos de aplicação do Fundo Municipal de Turismo Sustentável observarão rigorosamente as diretrizes traçadas pela Administração, por intermédio da Secretaria Municipal de Cultura e Turismo.

CAPÍTULO II DISPOSIÇÕES FINAIS E TRANSITÓRIAS

Art. 7º. O Executivo Municipal regulamentará, através de Decreto, a presente Lei, caso necessário, no prazo de 90 (noventa) dias contados da data de publicação desta Lei.

Art. 8º. Revogadas as disposições em contrário, esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

GABINETE DA PRESIDÊNCIA DA CÂMARA MUNICIPAL DE LAJINHA,
ESTADO DE MINAS GERAIS, AOS VINTE E SETE DIAS DO MÊS DE
NOVEMBRO DO ANO DOIS MIL E TREZE. (27/11/2013)



CÂMARA MUNICIPAL DE LAJINHA

Ver. RENATO RODRIGUES DE SOUZA
Presidente da Câmara

Sancionada pelo Sr. Prefeito Municipal em 02-12-2013, conforme cópia arquivada em pasta própria.

Lúcia Maria Miguel Moraes
At. Legislativo